



Cuidados despertados(?) Saúde mental dos profissionais da educação no contexto das políticas educacionais

Awaken care(?) Mental health of education professionals in the context of educational policies

Despertar cuidado(?) Salud mental de los profesionales de la educación en el contexto de las políticas educativas

DOI: 10.55905/revconv.17n.8-114

Originals received: 07/02/2024

Acceptance for publication: 07/23/2024

Alexandre Bernardo da Silva

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

Endereço: São Paulo- São Paulo, Brasil

E-mail: alexandre.bernardo@uni9.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0739-4228>

Rosemary Roggero

Doutora em Educação

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)

Endereço: São Paulo - SP, Brasil

E-mail: rosemaryr@uni9.pro.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3084-4979>

RESUMO

A pesquisa em andamento é referente à saúde mental dos professores no contexto das políticas educacionais, e tem por objetivo analisar como os programas e projetos desenvolvidos para os cuidados em saúde mental dos profissionais da educação podem contribuir com a superação dos atuais quadros de adoecimento docente. Desde a pandemia essa questão tem sido alvo de atenção. Todavia, no campo das políticas educacionais como esse debate tem se caracterizado? Observa-se uma tendência em buscar soluções para o problema do adoecimento docente, entretanto, tais políticas em desenvolvimento se caracterizam por uma perspectiva individualista, psicologizante e culpabilizante e que acabam por sua vez negando os aspectos institucionais de uma cultura docente que no trabalho tende a adoecer. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Os instrumentos metodológicos se constituem de uma revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário likert aos profissionais da carreira do magistério da Rede Municipal de Educação de São Paulo. A pesquisa se fundamenta predominantemente na Teoria Crítica da Sociedade, sobretudo em Adorno, Horkheimer e Marcuse.

Palavras-chave: saúde mental, adoecimento mental, profissionalidade docente, políticas educacionais.



ABSTRACT

The ongoing research pertains to the mental health of teachers in the context of educational policies, aiming to analyze how programs and projects developed for the mental health care of education professionals can contribute to overcoming the current conditions of teacher illness. Since the pandemic, this issue has been the focus of attention. However, how has this debate been characterized in the field of educational policies? There is a tendency to seek solutions for the problem of teacher illness, yet such developing policies are characterized by an individualistic, psychologizing, and blaming perspective, which in turn denies the institutional aspects of a teaching culture that tends to cause illness in the workplace. The research follows a qualitative approach. The methodological instruments consist of a literature review, documentary analysis, and the application of a Likert scale questionnaire to the teaching career professionals of the Municipal Education Network of São Paulo. The research is predominantly based on the Critical Theory of Society, especially Adorno, Horkheimer, and Marcuse.

Keywords: mental health, mental illness, teaching professionalism, educational policies.

RESUMEN

La investigación en curso se refiere a la salud mental de los profesores en el contexto de las políticas educativas, con el objetivo de analizar cómo los programas y proyectos desarrollados para el cuidado de la salud mental de los profesionales de la educación pueden contribuir a superar las condiciones actuales de enfermedad docente. Desde la pandemia, esta cuestión ha sido el centro de atención. Sin embargo, ¿cómo se ha caracterizado este debate en el campo de las políticas educativas? Existe una tendencia a buscar soluciones para el problema de la enfermedad docente, pero estas políticas en desarrollo se caracterizan por una perspectiva individualista, psicologizante y culpabilizadora, que a su vez niega los aspectos institucionales de una cultura docente que tiende a causar enfermedades en el lugar de trabajo. La investigación sigue un enfoque cualitativo. Los instrumentos metodológicos consisten en una revisión bibliográfica, análisis documental y la aplicación de un cuestionario Likert a los profesionales de la carrera docente de la Red Municipal de Educación de São Paulo. La investigación se basa predominantemente en la Teoría Crítica de la Sociedad, especialmente en Adorno, Horkheimer y Marcuse.

Palabras clave: salud mental, enfermedad mental, profesionalidad docente, políticas educativas.

1 INTRODUÇÃO

A docência é uma das profissões formais com maiores índices de desgaste emocional, o que levou de acordo com Ramos (2011) a Organização Internacional do Trabalho (OIT) caracterizá-la como uma profissão de alto risco físico e mental. Os quadros de adoecimento docente são estudados há décadas no Brasil e no mundo conforme apontam as pesquisas de Jesus (1998), Esteves (1999) e Soares (2007) a partir dos que os autores denominaram mal-estar docente.



De acordo com Esteves (1999, P. 144-145), o fenômeno do mal-estar docente se caracteriza como:

[...] “uma doença social produzida pela falta de apoio da sociedade aos professores, tanto no terreno dos objetivos do ensino como no das recompensas materiais e no reconhecimento do status que lhes atribui”. Entre os fatores que potencialmente contribuíram ao logo da história pela permanência dessa condição entre os professores estão ligados às condições de trabalho, as baixas remunerações, a falta de políticas públicas e a precariedade na formação docente, além das pressões cotidianas vivenciadas por esses profissionais derivadas do aumento da violência no interior das escolas.

Embora as discussões acerca do mal-estar docente se fizerem presentes na literatura a partir do final dos anos de 1980 e debatido fortemente durante as décadas posteriores, é preciso salientar que essa problemática da docência não se origina nesse período. A própria historicidade da profissão revela que essa condição, permeada por fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que atravessam, continuam a compor a complexidade para a compreensão dos problemas e dos conflitos na escola, sobretudo do exercício do magistério. As velhas antigas problemáticas e o retorno às suas questões só reforçam as permanências e retrocessos vivenciados pela própria estrutura social da escola e da profissão docente.

Nesse sentido, para Codo (1999), o mal-estar docente não se restringe apenas aos aspectos individuais, mas também está profundamente enraizado nas condições estruturais e organizacionais do sistema educacional, incluindo políticas governamentais, cultura escolar, dinâmicas de poder e relações de trabalho.

Entretanto, apesar da problemática e das pesquisas sustentarem e insistirem nessa discussão, o debate e a constituição de agendas em políticas públicas que objetivam contemplar essa demanda se mostram insuficientes. Embora, com o advento da pandemia do COVID-19 a preocupação com a saúde mental e emocional de estudantes e profissionais da educação, passou a ser despontada como uma pauta importante a ser desenvolvida dentro dos ambientes escolares e a escola passa a ser entendida também como um espaço de cuidado e promoção de saúde e bem-estar, como afirma Gatti (2020):

É preciso reconhecer que esse cenário provoca efeitos emocionais para todos, em níveis variados, considerando ainda que há ambiguidades na compreensão da situação de isolamento e da própria doença que é foco da pandemia; há o receio do contágio, mais ou menos consciente; a angústia do isolamento em relação a colegas e amigos; ansiedades



relativas a compreensão de conteúdos escolares e desempenho; sensação de pressão, de cobrança, e aparecimento de estafa pelo esforço de atenção necessário e tempo diante de vídeo, gerando até sentimento de rejeição aos estudos pelo limite dos contatos possíveis (Conjuve, 2020; Instituto Península, 2020 *apud* Gatti, 2020)

Todavia, os programas, projetos e políticas que começam a ser organizadas para esse fim, possuem como principal objetivo atender mais as necessidades dos estudantes, sendo, aparentemente, secundarizado essas questões em relação aos profissionais da educação.

Entretanto, quando consideramos o universo da educação, o número de professores afastados por doenças relacionadas à saúde mental, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, pode ser considerado relevante, muito embora os sintomas relacionados à esse processo de adoecimento mental em docentes, já anteriormente identificados como parte do que os autores denominam mal-estar docente, passam atualmente a ser caracterizados e resumidos à uma exclusiva natureza individual, intrínsecos e de responsabilidade do próprio sujeito, conduzindo e fortalecendo os processos de adoecimento, o absenteísmo ou até mesmo ao afastamento total das atividades laborais.

O adoecimento acontece em um processo no qual antes e depois do diagnóstico e o consequente afastamento das atividades da sala de aula promovem marcas que, muitas vezes, o próprio sujeito não percebe, pois os fatores do ambiente de trabalho – no caso o escolar – influenciam diretamente o seu modo de ser estar no mundo e na profissão, de forma consciente e inconsciente. (Oliveira, 2021 p.17)

Tal leitura da realidade, que denominamos como um processo de “psicologização estreita dos processos sociais”, conduz ao equívoco de que qualquer manifestação de um adoecimento, de um mal-estar, ou desconforto dentro do contexto da instituição escolar, seja resultado de uma condição do indivíduo de não adaptação as exigências da profissão, sem considerar que há elementos estruturantes, da instituição e da própria cultura social e escolar que condicionam, promovem e intensificam esses quadros.

Para Ribeiro (2022, p. 80)

Pressupor que o desenvolvimento da doença esteja ser conscrito unicamente ao indivíduo é extremamente real, pois se distancia do que os fatos apontam. Isto seria intencionar que uma determinada anomalia seja uma circunstância particular não reconhecendo as relações sociais como integradoras as condições de saúde, que em sério e comprometido exercício de anamnese haveria possibilidades de se compreender a circunstância causal de um determinado adoecimento



Nesse sentido, contrapõe-se o fato de que a relação com o trabalho, em uma sociedade cujo paradigma neoliberal, por vezes desconsiderada, já é por sua natureza adoecedora e tal intencionalidade em atribuir sintomatologias da vida cotidiana como características individuais tendem a minimizar os esforços em estabelecer diretrizes para a melhoria das condições de trabalho e da própria vida social.

O sistema educacional não é neutro, está mergulhado na lógica do status quo e, em grande medida, visa assegurar a continuidade desta lógica de modo que suas práticas pedagógicas direcionem-se à adaptação da condição social vigente. (Oliveira, 2015, p. 67)

Por isso, considerando esse cenário, de comprometimento em relação à saúde mental dos docentes, se faz necessário pensar as razões pelas quais ainda não existem políticas efetivadas para o atendimento dessa demanda na educação, embora, o contexto da pandemia parece ter favorecido emergir esse debate, como afirma Gatti (2020) “É possível observar que houve uma crescente preocupação com essas questões no âmbito da escola”

Entretanto, cabe salientar que quando nos referimos ao período da pandemia do COVID-19 e aos anos subsequentes a seu início, não é possível inferir de forma precisa acerca dos efeitos e resultados desse contexto histórico de forma imediata, tendo em vista que os estudos foram e estão sendo produzidos de forma concomitante, ou seja, só será possível relatar de forma mais precisa os efeitos da pandemia na vida social, e no contexto desse estudo, na educação, posteriormente, o que não impede de desde agora identificarmos e problematizarmos alguns efeitos e estarmos vivenciado uma espécie de “novo tempo” nesse contexto.

Portanto, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, buscamos refletir acerca dos impactos da cultura, no contexto e cotidiano docente, analisando de modo particular o fenômeno do adoecimento mental, do sofrimento psíquico e da exaustão, como componentes de uma “queixa elaborada da profissão docente”, em diálogo com as elaborações e efetivações de políticas educacionais que intencionem o enfrentamento dessa realidade na educação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com base na Teoria Crítica da Sociedade, da escola de Frankfurt, em especial Adorno (1996, 2000; 2010) Adorno & Horkheimer (2006) e Marcuse (2020), buscamos dialogar, a partir



de uma leitura social, com o fenômeno do adoecimento mental docente e sua interlocução com a cultura e a sociedade.

Ao elaboramos a problemática da pesquisa, na mesma perspectiva de Adorno (2010, p.9) para quem a “formação nada mais é que a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva”, consideramos que esse processo de subjetivação da cultura, tem sido a expressão de uma semiformação socializada, conforme argumenta o autor:

A formação cultural agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado, que, segundo sua gênese e seu sentido, não atende à formação cultural mas a sucede. [...] a semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual, o que exige uma teoria que seja mais abrangente. (Ibidem, p.9)

Portanto, a cultura, no seu processo de semiformação como forma dominante da consciência atual, domina os indivíduos e se reproduz de muitos modos, inclusive na instalação de um mal-estar em relação ao trabalho, presenciado no contexto educacional.

A partir do estabelecimento dessa relação estreita entre a cultura, as relações de trabalho, com a docência em si, interpretada a partir da identificação desse “pathos” que se manifesta de diversas maneiras no cotidiano da escola, que deslocamos o olhar para além de uma psicologia do indivíduo e podemos compreender que mesmo os problemas psicológicos são de algum modo também problemas políticos.

A fronteira tradicional entre a Psicologia, de um lado, a Política e a Filosofia Social, do outro, tornou-se obsoleta em virtude da condição do homem na era presente: os processos sociais psíquicos anteriormente autônomos e identificáveis estão sendo absorvidos pela função do indivíduo no Estado – pela existência pública. Portanto, os problemas psicológicos tornam-se problemas políticos: a perturbação particular reflete mais diretamente do que antes a perturbação do todo, e a cura dos distúrbios pessoais depende mais diretamente do que antes da cura de uma desordem geral. (Marcuse, 2020, prefácio 1ª ed.)

Essa perspectiva amplia a visão que tem se desenvolvido, que individualiza e culpa o indivíduo por seus adoecimentos físicos e psíquicos, em uma lógica que estabelece parâmetros de saúde e bem-estar baseados na produtividade, especialmente para o trabalho, como podemos observar na definição de saúde mental apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a comunidade” (Brasil, 2020).



Ainda, pela definição da OMS saúde pode ser definida como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença". Dado que as relações entre o corpo e a mente não podem ser separadas, a condição de estar plenamente saudável, sobretudo no que se refere à saúde mental, pode ser considerada utópica e bastante relativa, o desequilíbrio entre as duas dimensões da vida humana faz parte constante da dinâmica cotidiana da vida.

A busca por essa utopia, expressas por meio dessas definições, exclui elementos importantes da cultura, da sociedade, dos modos de produção, da vida material, que são determinantes para a vida dos indivíduos dessa sociedade contemporânea. Nessa direção, Adorno (1993, p. 130-131), reitera que "o indivíduo reflete precisamente em sua individuação a lei social preestabelecida da exploração, por mais que esta seja mediada".

A abordagem crítica de Adorno é especialmente relevante para a compreensão dessa relação entre indivíduo e sociedade, pois permite questionar a dimensão social dos problemas, ainda que pertencentes ao campo da subjetividade e do psiquismo humano, enfrentados atualmente.

A condução de nossa análise, perpassa e considera essas questões que se antecipam ao sujeito no exercício de sua profissão, pois essa é, apenas, uma dimensão, ainda que predominante na vida em sociedade do indivíduo. No caso em particular, ao analisar o contexto da docência, observamos e analisamos de modo particular o trabalho docente.

Um dos efeitos colaterais dessa semiformação da cultura, a ser destacado refere-se a dificuldade da execução de tarefas prazerosas, sobretudo no trabalho e de forma expressivamente contraditória na educação. Não somente os educandos se veem em um o outro momento angustiados com as tarefas escolares, também os educadores manifestam essas angústias com sua própria atividade laboral. Somado a isso, o uso de tecnologias e da indústria cultural do entretenimento em massa, sem criticidade, conduzem para o aumento dessas insatisfações com a execução de atividades que requerem atenção, planejamento e foco e cada vez mais o trabalho se distancia da possibilidade de ser não alienado, mas sim, criativo e prazeroso.

[...] os recursos existentes e disponíveis facilitam uma transformação qualitativa nas necessidades humanas. A racionalização e a mecanização do trabalho tendem a reduzir o quantum de energia instintiva canalizada para a labuta (trabalho alienado), sendo libertado energia de consecução de objetivos fixados pelo jogo livre das faculdades individuais. (Marcuse, 2021. p.70)



Considerando o pensamento de Marcuse (2020), as relações de trabalho precisam ser constantemente analisadas na modernidade, sobretudo quando objetivemos compreender os aspectos subjetivos da relação humana. Para o autor, o trabalho que se encontra em uma condição de anulação em sua essência criativa, pela alienação, convertido em repressão contribuí para o aparecimento dos sintomas da vida moderna, tais como a ansiedade, a infelicidade entre outros característicos do tempo presente. Isso deve-se ao fato de que as condições de trabalho e da reprodução da vida material são sempre determinadas historicamente pelos modelos econômicos de cada sociedade e de seu tempo.

O sofrimento, a frustração, a impotência do indivíduo, derivam de um sistema funcionando com alta produtividade e eficiência, no qual ele a sofre de uma existência em nível melhor do que nunca. A responsabilidade pela organização de sua vida reside no todo, no “sistema”, a soma total das instituições que determinam, satisfazem e controlam suas necessidades. O impulso agressivo mergulha no vácuo – melhor – o ódio encontra-se com sorridentes colegas, atarefados, concorrentes, funcionários obedientes, prestimosos trabalhadores sociais, que estão todos cumprindo seus deveres e são todas vítimas inocentes. (Ibidem, p. 74)

Ao aplicar essa reflexão à realidade da instituição escolar, seus contextos e cotidianos, compreendemos que tanto a instituição quanto seus profissionais refletem a sociedade na qual estão inseridos e, dialeticamente, se constituem como participantes de um processo social unificado. Assim, é impossível dissociar os desafios contemporâneos enfrentados pela escola, por seus trabalhadores, da complexidade social em que estamos imersos.

Nesse sentido, corrobora com esse argumento Ribeiro (2022 p. 86):

[...] as reflexões sobre o trabalho e a vida na sociedade de consumo não são apenas atuais, mas fundamentais, a fim que haja rigorosa abertura analítica sobre as operacionalizações da racionalidade administrada e as diversas formas de adoecimento a qual a humanidade, por vezes, se quer se vê inserida, mas que sintomas e as inumeráveis circunstâncias do sofrimento não permitem qualquer negativa.

A instituição escolar não está isenta das adversidades do mundo moderno e da racionalidade técnica que predomina sobre a vida administrada. Sua estrutura é colocada a serviço do capital, colaborando para a apresentação de um currículo que busca atender às demandas do sistema. Trabalha-se com o ideal do indivíduo perfeito, ajustado, autônomo, empreendedor e autogestionado - características do sujeito-empresa - conforme apresentado por Dardot e Laval (2016). Tais características passam a constituir também um ideal de sujeito a ser



atingido pelos professores. Por isso, esse modelo ao permear a subjetividade dos indivíduos afeta de igual modo e sistematicamente a profissionalidade docente.

Pensando nessas características, a relação com o trabalho docente não se difere dessa idealização. Para Oliveira (2004, p. 1139) o neoliberalismo tem sido responsável por uma série de transformações na profissão docente, incluindo a fragmentação do trabalho e a intensificação do ritmo de trabalho. Uma adesão sem crítica aos moldes elaborados por essa sociedade pode coincidir em parte com os quadros de adoecimento mental dos profissionais da educação.

Como consequência desse paradigma, os indivíduos são responsabilizados pelos problemas da escola e do seu cotidiano, como se os desconfortos vivenciados na escola fossem resultado da ingerência individual. Como apontam os autores supracitados: "A infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser 'bem-sucedido e feliz', produz uma sociedade esquizofrênica e doentia" (Dardot e Laval, 2016, p. 344).

As políticas educacionais e suas agendas refletem as demandas e urgências cotidianas, mas também os interesses e objetivos dos grandes sistemas econômicos, sociais e políticos de cada contexto que é profundamente marcado pelas disputas provocadas pela cultura.

Desse modo, o trabalho docente frente a esta racionalização da educação nas relações contraditórias do trabalho docente na sociedade do capital cada vez mais se apresenta moldado pelo excesso técnico-racional, o que reverbera em dominação e manipulação. Isso tende a produzir no educador crises de identidade que repercutem em adoecimento e aversão à profissão docente. (Santos e Zanolla, 2022, p. 192)

Assim, como podemos observar, a relação entre os processos de dominação, exercido pelos poderes coercitivos do sistema econômico em vigor, o neoliberalismo, somado às condições complexas da realidade do trabalho docente em nossa sociedade, contribuem sistematicamente para essa realidade identificada. Desse modo, na perspectiva da teoria crítica, à luz dos autores referenciados, uma possibilidade emancipação dessas condições só é possível a partir da elaboração de uma consciência crítica dessa realidade.

É a partir dessa reflexão, e dessas aproximações, entre a cultura e o cotidiano docente, que será possível, também tensionar, no campo das políticas educacionais, uma ação mais efetiva para a superação desse fenômeno de adoecimento, exaustão, e desconfortos da profissão docente, reelaborando assim, esse cenário problematizado.



3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa (Lüdke e André, 1986) e constitui-se de diferentes instrumentos para o seu desenvolvimento, tais como análise bibliográfica e documental e um questionário virtual de escala Likert dirigido aos profissionais da educação, professores e gestores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, das unidades diretas de Educação Infantil (CEI e EMEI) e Ensino Fundamental (EMEFs) de todas as 13 diretorias regionais de educação do município.

4 CONCLUSÃO

O processo de secundarizar, os cuidados com a saúde mental do professor, reflete em parte as questões que constituí a própria profissionalidade docente. A alienação desse docente, reforçada por discursos estabelecidos em uma lógica cultural que separa o indivíduo social, que não o constitui como um trabalhador, corrobora para sustentar as práticas de dominação social que fragilizam a construção de políticas públicas que poderiam ser efetivadas para a superação dos quadros de adoecimento docente que são cada vez mais presentes no cotidiano.

Na perspectiva de Freud (2011), o sofrimento psíquico é sempre mediado socialmente [...], por isso nesse sentido consideramos que para a compreensão do fenômeno é importante considerar as análises de conjuntura social, sobretudo, as que elaboram uma leitura crítica do paradigma neoliberal e seus efeitos sobre o indivíduo em sua relação com o trabalho aqui expressos de modo particular na instituição escolar e seu cotidiano.

No universo de pesquisa, na Rede Municipal de Educação de São Paulo, é possível notar um quadro permanente e crescente de adoecimento e comprometimento da saúde mental dos professores.

A escolas de São Paulo não escapam a um fenômeno mundialmente conhecido: o adoecimento e afastamento de professores(as), quer seja por meio de licenças médicas ou das readaptações funcionais temporárias e definitivas. Evidentemente, esses afastamentos tendem a acarretar muitos transtornos ao cotidiano escolar, prejudicando as atividades educativas e sobrecarregando os(as) demais profissionais das unidades, favorecendo novos adoecimentos, em um aparente círculo vicioso. (Minhoto; Vitorino e Bock, 2021, p. 3)



No momento, as políticas ainda se encontram em fase de debate e aos poucos tem ganhado relevância nas discussões e agendas públicas, inclusive sindicais, conforme podemos verificar em estudo, divulgado pelo Sindicato dos Especialistas de Ensino Público de São Paulo (SINESP):

Apesar das inúmeras evidências de que as condições de trabalho dos Gestores Educacionais da RME de São Paulo geram adoecimento, as políticas públicas que deveriam abordar essa temática são inexistentes. [...] Os sintomas mais citados pelos Gestores Educacionais são fadiga/cansaço, dor de cabeça e ansiedade, seguidos de perto por dores de coluna, nervosismo e angústia [...] para 90% dos entrevistados, as condições de trabalho geram o seu processo de adoecimento físico e mental, bem como o alto índice de queixas de estresse. As maiores queixas em relação ao estresse são atribuídas não à atividade em si, mas ao ambiente profissional adoecido. Preocupa ao Sindicato, mas não ao poder público municipal, que esses sintomas de adoecimento são os principais desencadeadores do Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional. (SINESP, 2020 p.11)

Como podemos observar, existe uma tensão colocada a partir dos dados que as pesquisas revelam. Além disso, os professores em diversos momentos coletivos de formações, também revelam uma necessidade de construção de uma política que atenda o profissional em suas questões de saúde mental.

Ainda em construção, a partir dos resultados iniciais dessa pesquisa em andamento, evidenciamos a importância de considerar a possibilidade de inserção dessa temática, nos horários coletivos e de formação do cuidado da saúde mental do profissional da educação, bem como, o desenvolvimento de ações dentro da própria unidade, como por exemplo, o dimensionamento do Plano Político Pedagógico da unidade (PPP), que contemplem também as necessidades dos profissionais que serão sujeitos de importante articulação para a efetivação das políticas educacionais e no desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

O mal-estar e esse processo de adoecimento, tão notadamente presente na realidade educacional, impactam profundamente a qualidade do ensino, pois tendem a aumentar o absenteísmo e intensificam os conflitos e confrontos dentro da unidade escolar. Como identificamos, é possível afirmar que ainda existe uma fragilidade dessa discussão no âmbito das políticas educacionais e só por meio de um tensionamento que será possível mudar esse cenário.

Entretanto, para além da formulação de uma política que promova os cuidados com a saúde mental, do profissional da educação, ressaltamos a importância de um reforço das consciências, visando a superação dessa realidade de pseudoformação, instalada na cultura em que estamos inseridos tal como as reflexões dos autores frankfurtianos nos apontam. No sentido



de que, a emancipação dessas condições danificadas da vida, para usar uma expressão adorniana, nas relações de trabalho e na experiência com a docência possa ser experienciada em detrimento da dominação social.



REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Minima moralia: Reflexões a partir da vida danificada**. São Paulo: Ática, 1993.

ADORNO, Theodor W. Teoria da semiformação. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. In: PUCCI, Bruno; ZUIN, Antônio A. S.; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. (Orgs.) **Teoria crítica e inconformismo: novas perspectivas de pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2010, 250 p

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental: o que é, doenças, tratamentos e direitos**. Portal do Governo Brasileiro. Brasília. Disponível em: < <http://saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental>>. Acesso em 18 de junho de 2024.

CROCHICK, J.L. ZANOLLA S.R.S. (Org.) **Trabalho, Racionalidade e Adoecimento**. Campinas: Mercado de Letras, 2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ESTEVES, J. M.Z. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

FREUD, S. **Mal-estar na civilização e outros trabalhos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011
GATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 29–41, set. 2020.

JESUS, S. N. **Bem-estar dos professores. Estratégias para realização e desenvolvimento profissional**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1998.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MAINARDES, J. A abordagem do Ciclo de Políticas e suas Contribuições para Análise da trajetória de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização. Uma interpretação filosófica do Pensamento de Freud**. Tradução de Álvaro Cabral. 8.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, L. A. de. Educação e política em Theodor Adorno: para onde a educação deve conduzir?. **Intuitio**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 64–74, 2015. DOI: 10.15448/1983-4012.2015.1.17556. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/17556>. Acesso em: 18 jul. 2024.



RAMOS, S. (In)Satisfação e Stress na Profissão Docente. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v. 4, n. 6, p. 87-130. 30 abr. 2004.

RIBEIRO, S.H. **Trabalho Vida e Mortificação na Sociedade de Consumo** In: CROCHICK, JOSÉ LEON ; ZANOLLA, S. R. S. (Org.) . Trabalho, Racionalidade e Adoecimento. 1. ed. Mercado das Letras, 2022. v. 1. 320p .

SINESP. Retratos da Rede 2018. N. 12, junho de 2020

SOARES, M. T. P. **As emoções e os valores dos professores brasileiros**. São Paulo: Fundação SM/OEI, 2007.